



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Permanecem na pauta do plenário, desde a semana passada, dois dos três requerimentos de regime de urgência para os seguintes Projetos de Lei: 1) PL 2832/2021, que institui o *Dia Nacional do Cristão*; e 2) PL 4188/2020, que dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao *Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos*.

### COMISSÕES DA CÂMARA

#### Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)

A CDHM realizará uma Audiência Pública, amanhã (11/05) às 15h30min, com o tema: *Uso de agrotóxicos, especialmente via pulverização aérea, e a violação ao direito humano a saúde e a alimentação adequada*.

#### Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)

A CINDRA realizará uma Audiência Pública, amanhã (11/05) às 14h30min, com o tema: *Riscos da privatização da Eletrobrás para as regiões Norte e Nordeste, como também para o uso múltiplo das águas nessas regiões*. Foram convidados: Vicente Andreu, ex-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Fabíola Latino Antezana, do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE); Raimundo Lucena Maciel, da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE), e Silvio Ricardo de Sá, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Sergipe (SINDISAN/SE).

#### Comissão Externa

O Plenário da Câmara aprovou requerimento das dep. Joenia Wapichana (Rede-RR), Erika Kokay (PT-DF) e outros para a criação de uma *comissão externa de deputados para averiguar a situação de crianças, adolescentes e mulheres da comunidade Aracaçá, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, que teriam sido vítimas de violência praticada por garimpeiros que exploram ilegalmente a região*.

## SENADO FEDERAL

Foram convocadas sessões deliberativas. Não há, contudo, pautas ligadas aos temas pertinentes ao nosso acompanhamento.

### COMISSÕES DO SENADO

#### Comissão de Meio Ambiente (CMA)

A CMA realizará uma Audiência Pública Interativa, amanhã (11/05), para instruir o PL 135/2020, que altera a Lei 12.651/2012 (Código Florestal), para estabelecer que *áreas rurais com floresta nativa submetidas a queimadas ilegais serão destinadas a reflorestamento*. Foram convidados representantes do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); do Ministério do Meio Ambiente (MMA); da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja); da Coalizão Ciência e Sociedade; do Observatório do Código Florestal; do

MapBiomas e do Observatório de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

## OUTROS INFORMES

### PL sobre textos bíblicos

A Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (04/05), por 358 votos a 32, o requerimento de urgência para o PL 4606/2019, do dep. Pastor Sargento Isidório (Avante-BA), que *proíbe qualquer alteração, edição, supressão, adição ou adaptação aos textos dos livros da Bíblia*.

### Aprovado piso salarial da enfermagem

A Câmara dos Deputados aprovou também na última quarta-feira (04/05), por 449 votos a 12, a criação do piso salarial de enfermeiros, técnicos de enfermagem e parteiras [PL 2564/2020, de autoria do Sen. Fabiano Contarato (PT-ES)]. A proposta deve seguir para sanção presidencial, mas, ainda depende de acordo sobre fontes de financiamento. O líder do governo, dep. Ricardo Barros (PP-PR), destacou que o governo está empenhado em buscar fontes de financiamento para o piso salarial e que uma opção pode ser a *legalização dos jogos de azar*.

### Pacote do Veneno

O sen. Zequinha Marinho (PSD-PA) oferecerá, amanhã (11/05), um *café da manhã para senadores e assessores a fim de apresentar argumentos técnicos favoráveis ao PL 6299/2002*, conhecido como Pacote do Veneno.

### Linhão

O Senado aprovou, na última quarta-feira (04/05), por 60 votos a 4, o projeto de lei que declara a *passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas como "de relevante interesse público da União"*. O PLP 275/2019, do sen. Chico Rodrigues (União-RR), também prevê indenização para as comunidades indígenas afetadas. A Constituição proíbe a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes por não indígenas. A exceção cabe às atividades de "relevante interesse público da União", que precisam ser regulamentadas por lei complementar. O texto prevê que a declaração de relevância seja feita por decreto do presidente da República. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados.

### Decreto "Pró-Amazônia Legal"

Na última terça-feira (03/05), o presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ) editou um decreto que regulamenta o Programa de Redução Estrutural de Custos de Geração de Energia na Amazônia Legal e para Navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins (Pró-Amazônia Legal). De acordo com o governo, a regulamentação do Pró-Amazônia Legal cumpre uma disposição da lei que estabeleceu regras e condições para o processo de desestatização da Eletrobras (Lei 14.182/2021). O programa também inclui a destinação de recursos para a continuidade das obras de infraestrutura relativas ao *Linhão de Tucuruí*, correspondente à interligação da rede elétrica de Manaus a Boa Vista.